



Público



O segredo dos melhores países do mundo

(é mais simples do que imagina)

Reportagem na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, por Alexandra Prado Coelho

Rui Cardoso Martins

Um dos criadores desvenda a história do Contra-Informação



Pública

Governo esconde degradação do controlo da despesa pública

Fecho das contas do Estado de 2010 ameaça ser bastante problemático

● Em 2009, o fecho da conta geral do Estado foi particularmente difícil, devido a lacunas na contabilização e em 2010 a situação não melhorou. A capacidade de controlo orçamental da Direcção-Geral do Orçamento (DGO) degrada-se há anos. Apesar de questionado pelo PÚBLICO desde 9 de Dezembro, o Ministério das Finanças não dá explicações. O problema começa nos dados de base, a DGO deixou de ter funções de auditoria e o Plano Oficial de Contabilidade Pública está atrasado. → Economia, 22/23

10 lições da década
Aprendemos que maiorias absolutas não são a solução

10 figuras de 2010
Passos Coelho, o potencial futuro primeiro-ministro

Págs. 16/17



Quinze exemplos de um Portugal que corre bem contra a crise

● Tem o país hoje melhores condições para vencer a crise do que em 1983? Sim, porque tem um sector científico desenvolvido, uma população mais qualificada e uma infraestrutura mais evoluída. Não, porque não há a expectativa da adesão à CEE, as elites políticas são mais fracas e subsiste ainda o fosso entre as cidades, os subúrbios e o mundo rural. O PÚBLICO mostra 15 sectores, projectos e empresas que prometem mais capacidade de chegar ao futuro. → Destaque, 4 a 8 e Editorial

Ameaça de morte

CIA retira espião-chefe do Paquistão

● A CIA retirou o chefe dos seus espiões no Paquistão, depois de a sua identidade ter sido pública. A saída, justificada como forma de o proteger de ameaças de morte, agravou as fricções entre os serviços secretos dos dois países. → Mundo, 18

Cidades

É de moto que vamos fugir ao caos urbano, poupar tempo e dinheiro

O segredo nórdico

São os melhores países do mundo – mas geralmente lugar nos rankings de qualidade de vida, de que muitos analistas dizem não ser sustentável, no (muitos) impostos. Na base do modelo está a confiança “é uma coisa boa numa crise”, dizem. “Mas há uma pagar.” Apesar disso, nos anos 90 conheceram uma dela e descobrir áreas em que hoje estão a apostar de

Texto e fotografia Alexandra Prado Coelho

Estado dos nórdicos

não se gabam disso. Os nórdicos estão em primeiro lugar em democracia, de competitividade. Mantêm um modelo em que o Estado paga (quase) tudo e as pessoas pagam – nas instituições e uns nos outros. O Estado social nórdico: é preciso ter dinheiro suficiente para o momento de crise profunda. Fomos perceber como é que saíram desta crise de forma estratégica: a gastronomia e a arquitectura.

“Lei de Jante. Já ouviu falar disso?” Nicolai Tram é um chefe dinamarquês e passou a última hora sentado num confortável restaurante de Copenhaga a falar dos pratos extraordinários que faz. Mas agora a conversa desviou-se para outra coisa, que, vamos já ficar a perceber, é o oposto da atitude de Nicolai. Estamos a conversar sobre características da mentalidade dos povos nórdicos e é então que o chefe faz a pergunta sobre a Lei de Jante.

Não, não tínhamos ouvido falar. “É uma lei escrita por Aksel Sandemose, um escritor meio dinamarquês, meio norueguês, do início do século XX, que resume a nossa maneira de ser. A primeira regra diz que não devemos pensar que somos especiais, a segunda diz que não devemos achar que somos melhores do que os outros, e mesmo que pensemos isso não devemos dizê-lo, e por aí fora. É por isso que as pessoas pensam que somos uma nação muito humilde, mas na verdade não somos, só que não podemos falar nisso.”

“Estamos a começar a conseguir vermos livres da Lei de Jante”, interrompe, com uma gargalhada, Dorte Fischer, que é sócia de Nicolai num projecto que junta vários jovens chefes dinamarqueses todos eles orgulhosos do que fazem e, aparentemente, pouco impres-

sionados com a velha lei inventada num livro em que Sandemose descreve a vida na pequena aldeia dinamarquesa de Jante onde ninguém pode ser melhor do que o vizinho do lado.

Mas numa viagem pelos quatro países nórdicos é provável que encontremos mais pessoas que nos falem desta lei (que tem nomes diferentes em cada um dos países, mas é essencialmente a mesma) ou exemplos de como, apesar de tudo, ela ainda molda as mentalidades. E no entanto, se quisessem, os nórdicos tinham muito de que se poderiam gabar. É verdade que podem não ter o melhor clima do mundo nem fazer as melhores festas (essas ficam mais a sul), mas nos rankings de qualidade de vida ocupam sempre os primeiros lugares.

A Noruega lidera o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (a Suécia vem em 9.º lugar, a Finlândia em 16.º e a Dinamarca em 19.º) e o índice de prosperidade elaborado pelo britânico Legatum Institute, que mede os níveis de riqueza e bem-estar (aqui a Dinamarca está em 2.º, a Finlândia em 3.º e a Suécia em 6.º). A Suécia está em 1.º no Índice de Democracia da *Economist*, a Dinamarca é o 2.º país mais pacífico do mundo e um dos menos corruptos.

Este Verão, a revista norte-americana

Newsweek apresentou o seu ranking dos melhores países do mundo. E se em algumas categorias os nórdicos claramente não tinham hipóteses (quando se mede os níveis de boa vida, o Mali tem a melhor música, e a República Checa é o melhor sítio para o sexo, por exemplo), mas quando se trata da lista a sério, o melhor país do mundo para a *Newsweek* é a Finlândia (Portugal está em 27.º lugar, os Estados Unidos em 11.º e o 100.º e último lugar pertence ao Burkina Faso).

Onde estão os outros nórdicos? A Suécia aparece em 3.º, a Noruega em 6.º e a Dinamarca em 10.º. A *Newsweek* conclui que os melhores países “tendem a ser pequenos, ricos, seguros e frios”. E umas páginas mais à frente, Andrei Cordescu, escritor americano nascido na Roménia, interroga-se sobre “porque é que nações frias, escuras, pequenas e depressivas ocupam os primeiros lugares dos rankings”, e recorda os filmes de Ingmar Bergman e os romances de Stieg Larsson para deixar claro que “a angústia escandinava não é assunto para rir”.

E os finlandeses, o que dizem eles sobre a votação da *Newsweek*? Quando a escolha da revista foi conhecida, houve uma frase que circulou na Internet e que representa a reacção típica de um finlandês: alguém terá dito que a eleição “não tinha em conta a depressão, o suicídio e o mês de Novembro”, o mais deprimente do ano.

“Quando nos dizem que somos os melhores, olhamos em volta e perguntamos: ‘Quem? Nós?’”, responde Pekka Timonen, olhando para todos os lados, com um ar entre o incrédulo e o divertido, imitando aquela que será a reacção de qualquer finlandês respeitador da Lei de Jante.

Como sair da crise

Pekka Timonen é o director de Helsínquia Capital Mundial do Design 2012, está sentado à mesa do Olo, um dos melhores restaurantes de Helsínquia, especializado em gastronomia nórdica, e, perante o desfile de pratos do “menu surpresa”, não parece nem um pouco deprimido com o seu país nem particularmente tolhido pela Lei de Jante. “A nossa discussão hoje na Finlândia é muito virada para o futuro. Ao contrário de outros países, não tivemos nenhuma Idade Dourada, por isso nunca fomos melhores, nem mais ricos ou mais influentes do que agora.”



Copenhaga estabeleceu como meta para 2015 que pelo menos 20 por cento do consumo alimentar da cidade deve ser de produtos biológicos

Durante quase toda a sua história, a Finlândia foi dominada pelos vizinhos maiores e mais poderosos, primeiro a Suécia, durante 600 anos, depois a Rússia, durante mais 100. A independência só chegou em 1917. Para trás ficaram os anos difíceis de guerras, conflitos, domínio estrangeiro e de uma capital que só no início do século XX começou a ter ruas alcatroadas e melhores condições de habitação. O pequeno museu sobre a história de Helsínquia mostra as imagens da alegria dos finlandeses quando o país organizou os Jogos Olímpicos de 1952 e muitos deles viram pela primeira vez estrangeiros que não eram suecos ou russos.

Mas, quando as coisas pareciam finalmente estar a correr melhor, no início dos anos 1990 a Finlândia volta a sofrer um duro choque de realidade: a crise financeira deixa o país de rastos. “Hoje, nove por cento da nossa economia vem do sector criativo, e tudo isto aconteceu nos últimos 15 ou 20 anos”, explica o finlandês. “Em 94, criámos uma estratégia para o sector criativo e a inovação. Não tínhamos alternativa porque a economia colapsou.” E esta aposta é, diz Timonen preparando-se para comer um delicioso filete de rena, uma das razões pelas quais Helsínquia conseguiu agora ser escolhida entre mais de 20 cidades para ser a Capital Mundial do Design.

E não falta muito para que, na conversa, surja aquela palavra: confiança. Já a ouvimos muitas outras vezes nesta viagem pelos países nórdicos. Timonen prova agora a sobremesa, chocolate com rosmaninho, e explica. “O grande poder nesta sociedade é a confiança. Em relação ao Estado e em relação uns aos outros. Se se perde essa confiança, não se pode funcionar como sociedade. Todas as crises surgem quando essa confiança se quebra.”

A palavra “confiança” tinha irrompido nesta viagem pela primeira vez na Dinamarca, numa edição especial da revista *Monday Morning* intitulada “O Segredo Dinamarquês: como é que a Dinamarca se tornou numa das nações mais competitivas do mundo”. “Qual é o segredo dinamarquês?”, escreve o editor Erik Rasmussen. “A resposta curta é ‘confiança’.” Embora não seja um factor contabilizado nas estatísticas de produtividade, ela é sem dúvida um elemento-chave, defende Rasmussen. E diz mais: “A confiança também explica →



A Garden House, projecto dos arquitectos suecos Tham e Videgard, é uma casa que, quando estiver coberta de trepadeira, será também um jardim



A capital dinamarquesa quer que, em 2015, 90 por cento dos habitantes possam chegar a uma área de natureza em menos de 15 minutos





A principal biblioteca pública de Estocolmo fica num dos edifícios mais simbólicos da cidade, projectado nos anos 20 por Gunnar Asplund



A creche Stenurten, em com materiais recicláveis, e grandes vidros para

por que é que os dinamarqueses aceitam a pesada carga fiscal que têm. É que vêem os impostos como um investimento a longo prazo numa sociedade sustentável e confiam que os políticos vão gastar de forma adequada o dinheiro desses impostos.”

Todo o conceito é um pouco desestabilizador para quem acaba de sair de Portugal com o país mergulhado numa profunda crise financeira e de confiança. Será o texto da revista dinamarquesa propaganda? Decidimos perguntar a outro jornalista dinamarquês, desta vez ao director do jornal *Politiken*, Toger Seidenfaden (que no início do ano se envolveu numa polémica por ter estabelecido um acordo com a comunidade muçulmana, no qual “lamentava”, embora não pedindo desculpa, ter republicado os *cartoons* com o profeta Maomé inicialmente publicados por outro jornal, o *Jyllands-Posten*, e que os muçulmanos consideraram ofensivos).

“Há um alto nível de confiança nas principais instituições políticas e sociais na Dinamarca”, confirma Seidenfaden. “E apesar de haver alguma insatisfação com o Governo, não se abriu nenhum debate filosófico sobre o Estado social. O *welfare state* é parte da nossa identidade nacional. Não está ameaçado.”

Nicolai Tram é a prova disso. Voltamos à

mesa do restaurante de Copenhaga para ouvir o entusiástico jovem chefe. “Isto vai deixá-la estupefacta”, avisa. “Na Dinamarca, pagamos 50 por cento dos nossos rendimentos em impostos. Mas não pagamos hospitais, nem escolas, e quando estamos no liceu ou na universidade recebemos dinheiro para estudar. Ser estudante é quase como um emprego. O Governo dá-nos dinheiro para estudar, o suficiente para vivermos e pagarmos a renda [há, contudo, serviços que são pagos, como as creches].”

Continuamos a nossa pesquisa. A mesma pergunta, agora na Suécia. Alta, loura, de cabelo curto e ar pragmático, Ursula Berge é membro do Partido Social-Democrata, analista política e está ligada a uma central sindical. Recebe-nos no seu escritório, em Estocolmo: “A nossa cultura é a de confiar no Estado, e achamos que o dinheiro dos nossos impostos vai para as coisas certas. Temos um nível de corrupção muito baixo. A mentalidade sueca é a de que o Estado está a fazer coisas boas por nós.”

Aprender com os erros

Há depois um segundo elemento igualmente importante: o consenso. Nova mudança geográfica e estamos agora no gabinete de

Steinar Holden, especialista em questões de macroeconomia e política monetária da Universidade de Oslo. A Noruega é um caso à parte quando falamos dos países nórdicos. E a diferença resume-se numa palavra que nem sequer corresponde a um conceito elaborado, mas que diz tudo o que precisamos saber: petróleo. Desde que descobriu petróleo, no início dos anos 70, a Noruega passou a ser um país diferente (e olhado por vezes com alguma mal disfarçada inveja pelos vizinhos).

É aí que entra o consenso. “Há cerca de 15 anos”, conta Holden, “decidimos pôr todo o dinheiro do petróleo num fundo, e usar apenas quatro por cento por ano – um número que corresponde ao rendimento que esperamos que o fundo tenha. Se gastarmos apenas esses 4 por cento, o fundo nunca diminuirá, e assim as gerações futuras beneficiarão do petróleo tanto quanto nós hoje.” Houve, evidentemente, quem defendesse que se devia gastar mais já, mas o consenso relativamente generalizado permitiu optar pela via da poupança.

Há, por último, um terceiro elemento importante para se perceber o sucesso do modelo nórdico actual. Resume-se nisto: “Aprender com os erros do passado.” Os nórdicos foram profundamente afectados pela crise no início



Copenhaga, é toda feita tem relva no telhado aproveitar a luz solar



Os arquitectos noruegueses Helen & Hard usaram materiais da indústria petrolífera para criar um parque infantil em Stavanger, “capital” do petróleo

dos anos 1990, viram-se obrigados a fazer reformas profundas e isso deixou-os mais bem preparados para a crise actual. “Tivemos a crise há 20 anos, com grandes défices e problemas com a dívida pública e depois disso criámos um enquadramento fiscal muito sólido”, prossegue Holden. “Mesmo que hoje não tivéssemos o dinheiro do petróleo, a nossa política fiscal ter-nos-ia ajudado. Gastámos demais há 20 anos e acho que aprendemos com isso.”

Pekka Ylä-Antilla, economista do Instituto de Investigação da Economia Finlandesa (ETLA), fala também na importância do consenso. “Foi muito importante para a Finlândia ter uma visão consensual sobre como sair da crise. É uma das vantagens de se ser um país pequeno. Houve um esforço nacional para sair da crise.”

E uma aposta clara numa estratégia: criar uma economia “baseada no conhecimento e na tecnologia”, um projecto no qual ele esteve directamente envolvido. Para isso, o Estado investiu em investigação (é o terceiro país do mundo que mais investe nesse sector, a seguir à Suécia e a Israel). E cortou onde? “Em praticamente todas as áreas à excepção da investigação e educação, que foram as únicas em que o investimento aumentou. Foi uma

decisão difícil, porque sabíamos que o investimento em investigação não teria resultados visíveis a curto prazo.” Mas não é por acaso que a Finlândia lidera as tabelas do programa PISA de avaliação de alunos nos países da OCDE (embora no mais recente tenha sido ultrapassada pela Coreia do Sul).

Na Suécia, a sindicalista Ursula Berge também está a falar-nos de consenso e de erros do passado. “Temos de ter em conta que há 15 anos a Suécia estava numa situação económica muito difícil. Tínhamos um grande défice, uma grande dívida internacional e 30 por cento do Orçamento do Estado ia para o sistema bancário porque os empréstimos eram enormes. O Governo social-democrata da altura chegou à conclusão de que isto não era sustentável.” A receita foi a inevitável: corte nas despesas do Estado. Mas a isso somou-se a reforma do sistema de pensões. “No antigo sistema”, explica, “os trabalhadores de hoje pagavam pelos reformados de hoje. Em 93, o que foi dito foi que cada pessoa devia pagar pelo seu próprio sistema de pensões, que assim deixa de estar sujeito a flutuações económicas ou demográficas.”

O novo sistema encoraja as pessoas a tra-

balhar mais anos – quanto mais tempo trabalharem, maior a reforma (Ursula confessa que os protestos em França contra o aumento da idade da reforma são, para ela, “uma coisa estranha”, porque lhe parece óbvio que “se vivemos mais tempo, temos de trabalhar mais tempo”).

Depois de uma fase de transição (as pessoas que têm hoje entre 40 e 50 anos são as mais prejudicadas porque pagam para os dois sistemas), o sistema de pensões adoptado pela Suécia deverá garantir estabilidade às futuras gerações. “Eu faço parte da geração que será prejudicada”, admite Ursula, “mas os meus filhos vão beneficiar”.

Quer isto dizer que o modelo nórdico é perfeito? Não. Há vários problemas. Um deles, explica o finlandês Pekka Ylä-Antilla, é que a diminuição de impostos é precisamente um dos instrumentos que tornam as economias mais competitivas e permitem atrair empresas estrangeiras. “É muito difícil no mundo da economia manter os impostos mais altos do que os outros.” (A Finlândia, que foi duramente afectada pela crise, tem, além disso, um problema muito específico: a sua economia está muito dependente de uma grande empresa, a Nokia, que em 2009 representou 1,6 por cento do PIB.) →

A natalidade nos países nórdicos não é suficientemente elevada para garantir a manutenção do modelo social. E, a longo prazo, a sobrevivência dos próprios países. Precisam, por isso, de imigrantes. Mas as tensões são já evidentes, sobretudo desde que partidos xenófobos conseguiram bons resultados eleitorais



Os países nórdicos precisam de imigrantes para poderem sustentar o seu modelo de Estado social, mas há tensões crescentes



Universidade IT de Copenhaga: os estudantes universitários recebem uma bolsa do Estado enquanto estão a estudar

O outro problema é a demografia. A natalidade nos países nórdicos não é suficientemente elevada para garantir a manutenção do modelo social. E, a longo prazo, a sobrevivência dos próprios países. Precisam, por isso, de imigrantes. Mas as tensões são já evidentes, sobretudo desde que partidos xenófobos conseguiram bons resultados eleitorais, como aconteceu na Suécia e na Dinamarca. Toger Seidenfaden reconhece que esse é um problema: “A comunidade empresarial diz cada vez mais que devíamos ter uma política de imigração mais liberal porque precisamos de força de trabalho no futuro. Mas isso não

é politicamente aceite porque o Governo venceu as eleições com outra linha. Há uma contradição entre o que são as necessidades económicas e o que é considerado necessário politicamente.”

Tínhamos, no final de todas estas explicações, mais uma pergunta: o *welfare state* permite enfrentar melhor uma crise como a que vivemos hoje?

Os quatro países nórdicos foram, como o resto do mundo, afectados pela crise. As exportações baixaram, o desemprego aumentou (embora pouco). Mas tinham uma vantagem em relação a outros países: quando a crise começou, estavam numa situação económica bastante boa, o que lhes ofereceu uma almofada muito confortável.

A Dinamarca sentiu a actual crise mais cedo do que Portugal. “Em dois anos, perdemos perto de 10 por cento do PIB”, diz Seidenfaden. “Ainda não nos recompusemos. Mas

como caímos de muito alto a sociedade no seu conjunto não se sente profundamente mergulhada na crise.” O Estado vai ter de tomar algumas medidas “mas não são as medidas dramáticas que vemos em alguns países, onde se está a reduzir os ordenados aos funcionários públicos ou a cortar brutalmente grandes fatias do Estado social.”

O *welfare state* “é uma coisa boa numa crise”, afirma o norueguês Steinar Holden. “Mas há uma condição: é preciso ter dinheiro suficiente para o pagar.” Seidenfaden, na Dinamarca, concorda: “Se estivermos dispostos a pagar impostos altos para sustentar um grande Estado social, isso dá-nos maior estabilidade porque se o sector privado colapsar subitamente, a economia não colapsa. Se estivermos dispostos a financiá-lo, eu diria

“Se se tem um défice quando a economia está boa, então vai-se ter um défice muito maior quando as coisas estiverem a correr mal. É como uma família: se num ano se ganha duas vezes mais do que se esperava e mesmo assim se gasta tudo, essa não é a melhor forma de fazer as coisas. Se se tem um bom ano, deve-se poupar alguma coisa”

que ter um grande sector estatal não é uma desvantagem competitiva. As pessoas interrogam-se sobre se conseguiremos sustentar este modelo no futuro. Bem, já o temos há 50 anos e desde então temos estado sempre entre as cinco economias mais competitivas do mundo. Por isso, a ideia que algumas pessoas estão a tentar vender na Europa de que não se pode ser competitivo e ter impostos altos está simplesmente errada.” O segredo é apenas este: “Manter um bom nível de educação, continuar a fazer investigação” para ser competitivo mesmo com salários altos e impostos altos.

Até agora, os nórdicos continuam dispostos a isso. Diz-se mesmo – como piada, mas que não deixa de ser verdadeira – que o partido que prometer baixar os impostos perde as eleições. E se há brechas no Estado social, são ainda muito tímidas – aqui e ali começam a surgir alguns serviços privatizados, mas mesmo estes continuam a ser subsidiados pelo Estado. E há mesmo quem se queixe de que haver mais possibilidades de escolha só torna a vida mais complicada. Essa está longe de ser a principal dor de cabeça para países como Portugal, Grécia, Irlanda ou Espanha. Arriscamos a pedir um conselho, mesmo sabendo que a Lei de Jante não permitirá a um nórdico colocar-se numa situação em que possa parecer estar a gabar-se de saber mais do que nós. Steinar Holden, o economista norueguês, vai dizendo que não conhece profundamente a situação portuguesa e que até tem alguma simpatia pelo país porque Portugal foi vítima de alguns factores externos (cita a concorrência dos países do Leste e a nossa perda de competitividade).

Fala sobretudo da Grécia e da Irlanda (mas acaba por dizer que o mesmo se aplica a Portugal). “Gastaram de mais há três anos, há cinco anos. Se se tem um défice quando a economia está boa, então vai-se ter um défice muito maior quando as coisas estiverem a correr mal. É como uma família: se num ano se ganha duas vezes mais do que se esperava e mesmo assim se gasta tudo, essa não é a melhor forma de fazer as coisas. Se se tem um bom ano, deve-se poupar alguma coisa.”

Holden sabe do que fala. E não existe nenhuma fórmula secreta. Afinal não é a Noruega o país que descobriu petróleo e que decidiu não gastar o dinheiro? ●



O SINGLE MALT COM QUE
TUDO COMEÇOU.

SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.
www.bebacomcabeca.pt